



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Para que servem as ficções?

Cresci numa família em que ler romances e assistir a filmes, ou seja, mergulhar em ficções, não era considerado uma perda de tempo. Podia atrasar os deveres ou sacrificar o sono para acabar um capítulo, e não era preciso me trancar no banheiro nem ler à luz de uma lanterna. Meus pais, eventualmente, pediam que organizasse melhor meu horário, mas deixavam claro que meu interesse pelas ficções era uma parte crucial (e aprovada) da minha “formação”. Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido. Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência. Quando foi a minha vez de ser pai, agi da mesma forma. Por quê?

Existe a idéia (comum) segundo a qual a ficção é uma “escola de vida”: ela nos apresenta a diversidade do mundo e constitui um repertório do possível. Alguém dirá: o mesmo não aconteceria com uma série de bons documentários ou ensaios etnográficos? Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes. Mas a ficção opera uma mágica suplementar.

Tome, por exemplo, “O Caçador de Pipas”, de Khaled Hosseini. A leitura nos faz conhecer a particularidade do Afeganistão, mas o que torna o romance irresistível é a história singular de Amir, o protagonista. Amir, afastado de nós pela particularidade de seu grupo, revela-se igual a nós pela singularidade de sua experiência. A vida dos afegãos pode ser objeto de um documentário, que, sem dúvida, será instrutivo. Mas a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.

Esta é a mágica da ficção: no meio das diferenças particulares entre grupos, ela inventa experiências singulares que revelam a humanidade que é comum a todos, protagonistas e leitores. A ficção de uma vida diferente da minha me ajuda a descobrir o que há de humano em mim.

Enfim, se perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções é porque elas me parecem ser a maior e melhor fonte não de nossas normas morais, mas de nosso pensamento moral.

(Contardo Calligaris, **Folha de S. Paulo**, 18/01/2007)

1. O autor do texto vale-se dos conceitos de “particularidade” e “singularidade” para desenvolver a idéia de que
 - (A) tanto os documentários como as ficções apresentam teses genéricas e abstratas acerca das diferenças entre os grupos étnicos.
 - (B) as diferenças entre grupos, particularizadas em ensaios e documentários, dão lugar às semelhanças humanas, singularizadas nas ficções.
 - (C) as diferenças entre grupos são apontadas com maior rigor nas ficções que em ensaios científicos ou documentários étnicos.
 - (D) os valores singularizados nas ficções ganham maior alcance e compreensão quando particularizados em ensaios ou documentários.
 - (E) as ficções caracterizam-se pela capacidade de particularizar as experiências humanas singularizadas nos documentários e ensaios.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Apesar da opinião que tinham seus pais sobre o que deveria constituir a “formação” de um jovem, o autor entregava-se ao prazer que lhe proporcionavam as formas ficcionais.
 - II. O autor reconhece que documentários e ensaios, ao contrário das ficções, ampliam nossos horizontes e exploram as diversidades da vida social.
 - III. O poder da ficção, para o autor, está em nos fazer reconhecer, a partir de um indivíduo fictício, o sentido de uma humanidade que é tanto dele como nossa.

Em relação ao texto, está correto **somente** o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. A frase que bem ilustra o que entende o autor por “mágica suplementar” é:
 - (A) (...) *perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções (...)*
 - (B) *Eles sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes ou tivessem um valor cultural estabelecido.*
 - (C) *Certo, documentários e ensaios ampliam nossos horizontes.*
 - (D) *Um policial e um Dostoiévski eram tratados com a mesma deferência.*
 - (E) (...) *a história fictícia “daquele” afegão o torna meu semelhante e meu irmão.*

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:
 - (A) *sequer exigiam que as ditas ficções fossem edificantes* = nem ao menos impunham que as supostas atividades tivessem algum valor ficcional.
 - (B) *eram tratados com a mesma deferência* = eram considerados como formas indistintas de expressão.
 - (C) *a ficção opera uma mágica suplementar* = a ficção se investe de uma magia excessiva.
 - (D) *não de nossas normas morais, mas de nosso pensamento moral* = não da moralidade pragmática, mas da moralidade reflexiva.
 - (E) *afastado de nós pela particularidade de seu grupo* = que nos impede de reconhecer sua excentricidade étnica.

5. É INCORRETO afirmar que o autor do texto
 - (A) considera reprovável a idéia, muito disseminada, de que a ficção é uma “escola de vida”.
 - (B) não deixa de creditar à formação que recebeu em casa um valor que ele próprio viria, quando pai, a incorporar como formador.
 - (C) deparou-se, ao ler o romance de Khaled Hosseini, com mais um caso em que se pode constatar a “mágica da ficção”.
 - (D) não considera que o caráter ficcional de um romance seja um obstáculo para a compreensão da realidade humana.
 - (E) entende que uma história fictícia pode ampliar nossos horizontes ainda mais do que um documentário realista.

<p>6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) A nem todos os pais são dados reconhecer que filmes e romances constituem elementos vitais para a formação dos filhos.</p> <p>(B) Ainda que não tivesse outros méritos, as ficções sempre apresentariam a diversidade do mundo e constituiriam um repertório do possível.</p> <p>(C) Sejam num ensaio ou num documentário, a caracterização de valores étnicos representam-se de modo distinto do das ficções.</p> <p>(D) Para além das diferenças étnicas que pode um ensaio revelar, há aquela semelhança humana que somente às ficções cabe dar viva expressão.</p> <p>(E) O respeito pelas ficções, que o autor reconhece na formação que lhe deram seus pais, viriam a inspirá-lo na educação de seus filhos.</p>	<p>10. Está correta a articulação entre os tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Embora a leitura nos faça conhecer a particularidade do Afeganistão, o que tornaria o romance irresistível será a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(B) Mesmo que a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, o que torna o romance irresistível teria sido a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(C) Tanto mais a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, tanto mais a história singular de Amir, o protagonista, tornou o romance irresistível.</p> <p>(D) Se a leitura nos fazia conhecer a particularidade do Afeganistão, o que tornava o romance irresistível era a história singular de Amir, o protagonista.</p> <p>(E) A leitura nos faria conhecer a particularidade do Afeganistão, mas fora a história singular de Amir, o protagonista, que tornasse o romance irresistível.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>transmiti o respeito de meus pais pelas ficções</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) fora transmitido.</p> <p>(B) transmitiram-se.</p> <p>(C) foi transmitido.</p> <p>(D) terá sido transmitido.</p> <p>(E) transmitiram-me.</p>	<p>11. Estão inteiramente corretas a forma e a flexão dos verbos na frase:</p> <p>(A) A boa ficção não institue fantasias gratuitas; ela aprende o real por meio da mais fecunda imaginação.</p> <p>(B) Embora muitos diverjam, não há por que não admitir que um romance policial reuna vários atributos estéticos.</p> <p>(C) Embora não sejam propriamente ficções, os bons documentários propiciam a abertura de novos horizontes do real.</p> <p>(D) Se achamos que a vida dos afegãos não tem nada haver com a nossa, o autor lembra que a história de Amir conflua para a de muita gente.</p> <p>(E) Muitos autores entremeiam realidade e imaginação em suas narrativas para proverem a ficção dos mais estimulantes atrativos.</p>
<p>8. A frase <i>A ficção de uma vida diferente da minha me ajuda a descobrir o que há de humano em mim</i> ganha nova redação, correta e coerente com as idéias do texto, em:</p> <p>(A) Ajuda-me a revelar o que há de humano em mim a representação ficcional de uma vida que não é a minha.</p> <p>(B) Embora diferente de uma vida ficcional, por ela é que me ajuda a descobrir a minha humanidade.</p> <p>(C) O que há de humano em mim me ajuda a descobrir a outra verdade de uma vida ficcional.</p> <p>(D) O que me ajuda na ficção de uma vida diferente é quando, mesmo sendo ficcional, me faz descobrir como ser humano.</p> <p>(E) É na ficção, mesmo onde a vida é diferente da minha, que ela me ajuda a descobrir o quanto tem de humano em mim.</p>	<p>12. A expressão com que preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) As ficções, sobretudo as da meninice, o autor tanto conviveu e se impressionou, marcaram-no para sempre.</p> <p>(B) O exemplo de “O Caçador de Pipas”, devemos atentar, é um caso de particularismo cultural que imediatamente se universaliza.</p> <p>(C) A “mágica da ficção” é um efeito artístico o autor, já em seus primeiros contatos com esse universo, demonstrou sua preferência.</p> <p>(D) As experiências da vida comum, muita gente não atribui valor especial, revelam-se extraordinárias ao ganhar forma artística.</p> <p>(E) O entusiasmo o autor demonstrou pelas ficções prova sua convicção quanto à verdade expressa pelas artes.</p>
<p>9. A frase <i>Cresci numa família em que ler romances e assistir a filmes (...) não era considerado uma perda de tempo</i> permanecerá formalmente correta caso se substitua a expressão sublinhada por</p> <p>(A) aonde.</p> <p>(B) para a qual.</p> <p>(C) em cuja.</p> <p>(D) dentre à qual.</p> <p>(E) da qual.</p>	

<p>13. <i>Amir, afastado de nós pela particularidade de seu grupo, revela-se igual a nós pela singularidade de sua experiência.</i></p> <p>Caso o autor quisesse explicitar o sentido contextual da expressão sublinhada na frase acima, poderia ter escrito:</p> <p>(A) desde que afastado de nós. (B) porque afastado de nós. (C) conquanto afastado de nós. (D) uma vez afastado de nós. (E) dado que afastado de nós.</p>	<p>17. É preciso corrigir, em sua estrutura, a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Os pais do autor não eram moralistas, não recomendavam ao filho tão-somente as chamadas “leituras edificantes”, nem menosprezavam os romances policiais. (B) É visível, no texto, o reconhecimento que manifesta o autor pela educação que recebeu de seus pais, com quem aprendeu a respeitar e a valorizar as formas da ficção. (C) Assim como os documentários e ensaios etnográficos, que tanto podem ampliar nossos horizontes, a ficção acrescenta-lhes, ainda, uma mágica suplementar. (D) Não foi por conservadorismo, mas por valorização real dos hábitos de seus pais, que o autor absorveu e transmitiu a seus filhos o respeito pelas ficções. (E) No último parágrafo do texto, o autor nos faz pensar sobre a diferença substancial que existe entre o que se apresenta como normas morais e o que deve ser um pensamento moral.</p>
<p>14. Em <i>perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções</i>, não haverá necessidade de se alterar ou introduzir qualquer outro elemento nessa frase caso se substitua <i>perpetuei e transmiti</i> por</p> <p>(A) honrei e convivi. (B) herdei e difundi. (C) habituei-me e aprendi. (D) orgulhei-me e admirei. (E) rendi-me e louvei.</p>	<p>18. Está correto o emprego da forma sublinhada na frase:</p> <p>(A) Na família do autor, romances eram lidos livremente; quanto aos filmes, todos também assistiam-<u>nos</u> com grande interesse. (B) Quando o autor leu o romance “O Caçador de Pipas”, <u>de cujas</u> páginas tanto se agradou, absorveu o sentido universal da história narrada. (C) Muitos depreciam as ficções – não o autor do texto, que <u>lhes</u> considera essenciais para a formação de um indivíduo. (D) Admirar um romance de Dostoiévski, <u>de cujo</u> valor ninguém contesta, não exclui a possibilidade de se admirar o gênero policial. (E) Rememorando os hábitos de sua família, louva-<u>lhes</u> o autor como estímulos essenciais para a sua formação de leitor.</p>
<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar obrigatoriamente uma forma do plural para preencher de modo adequado a lacuna da frase:</p> <p>(A) (persistir), a par de tão distintas particularidades dos grupos étnicos, a singularidade dos traços humanos comuns a todas as criaturas. (B) Não (caber) apenas aos documentaristas assumir todos os compromissos com a complexidade do real. (C) Acima de todas as diferenças culturais,-se (impor), nas ficções como na vida, um fundo universal de humanidade. (D) Ler romances e assistir a filmes são atividades prazerosas a que se (dever) entregar todo aquele que cultive seu processo de formação. (E)-se (ler) com a mesma deferência, na família do autor, um romance policial e uma novela de Dostoiévski.</p>	<p>19. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Voltam-me à memória os romances a que me dediquei como jovem leitor, bem como os filmes a que assisti com tanto prazer. (B) Se à princípio os jovens demonstram pouco interesse pelas ficções, o contínuo estímulo a elas pode reverter esse quadro. (C) Quem se entrega à boa leitura pode avaliar sua inestimável contribuição à uma vida interior mais rica e mais profunda. (D) Ao se referir à ficção de “O Caçador de Pipas”, o autor tomou-a como exemplo essencial a argumentação que desenvolvia. (E) Os que se dedicam à cultivar a boa literatura sabem o quanto é difícil dotar as palavras de um sentido verdadeiramente essencial.</p>
<p>16. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Lá em casa não era preciso me trancar no banheiro, ou me valer, de qualquer outro expediente, para ler um romance. (B) É verdade sim, que meus pais me pediam para organizar meu horário, mas nem por isso faziam qualquer restrição, a minhas leituras de romances. (C) Para muita gente ler romances significa, quando muito uma distração, mas em minha família imperava o respeito pelas altas virtudes da boa ficção. (D) O exemplo de “O Caçador de Pipas”, tomado pelo autor do texto, serviu-lhe, sem dúvida, como argumento em favor da universalidade da condição humana. (E) Não são muitos os filhos, que podem se entregar às ficções, não apenas com a aprovação dos pais mas, ainda, recebendo deles todos os incentivos.</p>	<p>20. <u>Existe a idéia (comum) segundo a qual a ficção é uma “escola de vida” (...)</u></p> <p>Não haverá prejuízo para a correção e a coerência da frase acima caso se substitua o segmento sublinhado por</p> <p>(A) Comumente tem-se a idéia diante da qual. (B) Conforme a idéia corrente, é a de que. (C) Tem-se em comum a idéia na qual. (D) Há a idéia corrente em cuja. (E) É corrente a idéia de que.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Quanto à espécie, os atos administrativos classificam-se em
- (A) preferenciais e secundários.
 - (B) normais e anormais.
 - (C) regulares e irregulares.
 - (D) ordinários e extraordinários.
 - (E) típicos e atípicos.

22. Dentre os atributos do ato administrativo, é correto indicar:
- (A) disponibilidade; exigibilidade; impessoalidade e auto-executoriedade.
 - (B) indisponibilidade; capacidade do agente; imperatividade e discricionariedade.
 - (C) presunção de legitimidade; imperatividade; exigibilidade e auto-executoriedade.
 - (D) objetividade; discricionariedade; presunção de legitimidade e inexigibilidade.
 - (E) irrevogabilidade; presunção de legitimidade; formalidade e publicidade.

23. Quanto à presunção de legitimidade do ato administrativo, afirma-se que é
- (A) relativa.
 - (B) absoluta.
 - (C) totalitária.
 - (D) permanente.
 - (E) incontestável.

24. Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são
- (A) eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.
 - (B) capacidade, pessoalidade, razoabilidade, finalidade e publicidade.
 - (C) moralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.
 - (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (E) impessoalidade, capacidade, eficiência, autotutela e finalidade.

25. Em processo administrativo disciplinar ficou provado que os servidores públicos federais:
- I. "X" vinha aplicando irregularmente dinheiros públicos ; e
 - II. "Y" recusou fé a documentos públicos.
- Nesses casos, "X" e "Y" estarão sujeitos, respectivamente, e em conformidade com o Estatuto próprio, às penas de
- (A) exoneração a bem do serviço público e afastamento.
 - (B) demissão e advertência.
 - (C) detenção e multa.
 - (D) suspensão e multa pecuniária.
 - (E) destituição e remoção.

26. Tendo em vista certos direitos dos servidores públicos federais, é correto afirmar que
- (A) o servidor em débito com o erário, entre outras situações, que foi exonerado ou que tiver sua aposentadoria cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.
 - (B) o vencimento do cargo efetivo é irredutível, mas não pode ser acrescido de vantagens de caráter permanente.
 - (C) o servidor não perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado, mas ficará prejudicado no período aquisitivo de férias.
 - (D) as faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior não podem ser compensadas e nem consideradas como de efetivo exercício.
 - (E) os valores percebidos pelo servidor em razão de decisão liminar deverão ser repostos no prazo de noventa dias, contados da notificação para fazê-lo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação,
- (A) ao Congresso Nacional, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, sete por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por sete Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) ao Senado Federal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por sete Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (C) à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por nove Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (D) à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (E) à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por três Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

28. Quanto ao Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que
- (A) serão escolhidos dois terços pelo Senado Federal, um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo três dentre auditores e membros do Ministério Público Federal e dos Estados.
 - (B) os Ministros serão nomeados dentre brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
 - (C) será integrado por onze Ministros, com mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos específicos de fiscalização orçamentária.
 - (D) terão os mesmos direitos garantias, prerrogativas, vencimentos, impedimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) o auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

<p>29. NÃO é atribuição cometida à competência privativa do Presidente da República</p> <p>(A) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.</p> <p>(B) decretar o estado de defesa e o estado de sítio e decretar e executar a intervenção federal.</p> <p>(C) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(D) dispor, mediante decreto, da organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.</p> <p>(E) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>32. Mário é proprietário de um imóvel urbano que locou a Maria. Esta, por sua vez, ali se estabeleceu com uma hospedaria. Maria não vem efetuando o pagamento dos aluguéis para Mário porque muitos de seus hóspedes não estão efetuando o pagamento da hospedagem. De acordo com o Código Civil, a pretensão de Mário relativa à cobrança dos aluguéis do prédio urbano, e a de Maria relativa ao pagamento das despesas de hospedagem, prescrevem, respectivamente, em</p> <p>(A) um ano e três anos.</p> <p>(B) dois e quatro anos.</p> <p>(C) três anos e um ano.</p> <p>(D) quatro e dois anos.</p> <p>(E) cinco e três anos.</p>
<p>30. Em tema de Poder Judiciário considere:</p> <p>I. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.</p> <p>II. Os juízes gozam de estabilidade, adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>III. Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.</p> <p>IV. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de advogados, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pela respectiva representação classista.</p> <p>V. Os servidores receberão delegação para a prática de atos decisórios simples, administrativos e de mero expediente.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>33. A respeito das Obrigações considere:</p> <p>I. Nas obrigações de dar coisa certa, os frutos percebidos são do devedor, cabendo ao credor os pendentes.</p> <p>II. Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.</p> <p>III. Nas obrigações de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.</p> <p>IV. Em regra, nas obrigações de dar coisa incerta determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor.</p> <p>De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>31. Quanto à Administração Pública, estabelece a Constituição Federal que</p> <p>(A) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a funções ou empregos abrangidas por autarquias, fundações ou empresas públicas.</p> <p>(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>(C) a criação de empresa pública ou de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, independe de autorização legislativa.</p> <p>(D) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.</p> <p>(E) são imprescritíveis os ilícitos praticados por agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário.</p>	<p>34. De acordo com o Código Civil brasileiro, só terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu. Se se der em pagamento coisa fungível,</p> <p>(A) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, tendo ou não o solvente o direito de aliená-la.</p> <p>(B) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.</p> <p>(C) poderá reclamar do credor que, mesmo de boa-fé, a tenha recebido e consumido, exceto se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.</p> <p>(D) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, exceto se o solvente não tivesse o direito de aliená-la.</p> <p>(E) não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.</p>

35. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Segundo o Código Civil brasileiro, com relação à evicção é correto afirmar:

- (A) A evicção não subsistirá se a aquisição se tenha realizado em hasta pública, havendo dispositivo legal expresso neste sentido.
- (B) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (C) Ocorrendo evicção parcial considerável, caberá somente direito à indenização, não podendo o evicto optar pela rescisão do contrato.
- (D) Pode o adquirente demandar pela evicção, inclusive se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (E) Salvo estipulação em contrário, não tem direito o evicto à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.

36. Analise:

- I. O subsolo correspondente em profundidade útil ao seu exercício.
- II. As jazidas, minas e demais recursos minerais.
- III. Os potenciais de energia hidráulica.
- IV. O espaço aéreo correspondente em altura útil ao seu exercício.

De acordo com Código Civil brasileiro, a propriedade do solo abrange os itens indicados APENAS em

- (A) I, II, e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. Tício move ação de cobrança contra Pedro. Designada audiência de instrução e julgamento para inquirição de testemunhas, o advogado de Pedro apresenta, no momento adequado, uma contradita à testemunha Julio, arrolada por Tício, contradita esta indeferida pelo Magistrado que preside a audiência. Neste caso, poderá Pedro, inconformado, através de seu advogado, interpor agravo

- (A) na forma retida, oral e imediatamente, constando do respectivo termo de audiência as razões do agravante, de forma sucinta.
- (B) na forma retida, no prazo de dez dias, contado a partir da data da audiência.
- (C) de instrumento, no prazo de dez dias, contado a partir da data da audiência.
- (D) na forma retida, no prazo de cinco dias, contado a partir da data da audiência.
- (E) de instrumento, no prazo de quinze dias, contado a partir da data da audiência.

38. Manuel ingressou com ação de indenização contra João. São arroladas as seguintes testemunhas pelas partes:

- I. Moacir, genitor de João.
- II. Paulo, interdito por demência.
- III. Janaina, amiga íntima de João.
- IV. Mauro, já condenado por crime de falso testemunho, com sentença transitado em julgado.
- V. Melissa, com quinze anos de idade.
- VI. Josefina, que já assistiu João.

De acordo com o Código Processual Civil, as testemunhas arroladas são consideradas, respectivamente,

- (A) suspeita; impedida; impedida; suspeita; incapaz; impedida.
- (B) impedida; incapaz; suspeita; impedida; incapaz; suspeita.
- (C) impedida; incapaz, suspeita; suspeita; incapaz; impedida.
- (D) suspeita; incapaz; impedida; impedida; impedida; suspeita.
- (E) impedida; impedida; suspeita; suspeita; incapaz; impedida.

39. No que concerne à confissão, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que a

- (A) confissão judicial espontânea deve ser feita exclusivamente pela parte.
- (B) confissão emanada de coação pode ser revogada por ação rescisória, se pendente o processo em que foi feita.
- (C) confissão judicial faz prova tanto contra o confitente quanto contra os litisconsortes.
- (D) admissão de fatos relativos a direitos indisponíveis vale como confissão.
- (E) confissão extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.

40. Sobre os auxiliares da Justiça analise:

- I. Incumbe ao Oficial de Justiça, dentre outras atribuições, estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- II. A prática de ato nulo com dolo ou culpa caracteriza uma das hipóteses através da qual o escrivão e o oficial de justiça são civilmente responsáveis.
- III. O perito nomeado poderá escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, recusa esta que deverá ser apresentada dentro de 10 dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente.
- IV. Incumbe ao escrivão, dentre outras atribuições, dar independentemente de despacho, certidão de qualquer ato ou termo do processo, respeitando as restrições previstas em lei.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

41. De acordo com a lei de Execução Fiscal, despachada a petição inicial pelo Magistrado, o executado será citado para pagar a dívida com os juros, multa de mora e encargos na Certidão de Dívida Ativa ou garantir a execução no prazo de

- (A) 30 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 05 dias.
- (E) 48 horas.

42. Sobre a Ação Civil Pública analise:

- I. Ajuizada a ação civil pública, é facultado ao Poder Público habilitar-se como litisconsorte de qualquer das partes.
- II. Em caso de desistência infundada, ou abandono da ação por associação legitimada, caberá exclusivamente ao Ministério Público assumir a titularidade ativa.
- III. Se o pedido inicial for julgado improcedente por insuficiência de provas, poderá ser ajuizada ação civil pública com idêntico fundamento por qualquer legitimada, valendo-se de nova prova.
- IV. Comprovada a má-fé da associação autora, caberá condenação em honorários advocatícios, custas e despesas processuais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

DIREITO PENAL

43. Na aplicação da pena-base, o juiz deve considerar

- (A) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- (B) a culpabilidade, os antecedentes, a repercussão do crime para o agente, a idade do réu, os motivos, as circunstâncias, a gravidade e as conseqüências do crime.
- (C) os antecedentes da vítima, a conduta social e a personalidade do agente, a natureza, a gravidade e as conseqüências do crime, bem como a idade da vítima.
- (D) o comportamento do agente, a idade e os antecedentes da vítima, a conduta social do agente, a gravidade e as conseqüências do crime, bem como as circunstâncias atenuantes.
- (E) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, a idade do agente, a gravidade e a natureza do crime, bem como as circunstâncias agravantes.

44. Em tema de medidas de segurança, analise as assertivas abaixo:

- I. As medidas de segurança previstas no Código Penal são: Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; e sujeição a tratamento ambulatorial.
- II. A reforma do Código Penal adotou o sistema *vicariante* ou *unitário*, no qual as medidas de segurança só podem ser aplicadas isoladamente, e não cumuladas com a pena privativa de liberdade.
- III. Mesmo que extinta a punibilidade, deve ser imposta a medida de segurança, devendo, ainda, ser executada a que tiver sido imposta.
- IV. A internação ou a medida de segurança será por tempo determinado, e o seu prazo será fixado entre o mínimo e o máximo da pena restritiva de liberdade prevista para o crime.
- V. Se o agente for inimputável, mesmo que o crime seja punível com detenção, o juiz aplicará a medida de segurança consistente em internação.

É correto o que consta APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e II.

45. São causas extintivas de punibilidade, previstas no Código Penal, além de outras:

- (A) renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- (B) anistia; perdão judicial, nos casos previstos em lei; morte da vítima; e decurso do prazo.
- (C) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; prescrição, decadência ou preempção; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- (D) morte do agente; anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e prescrição, decadência ou preempção.
- (E) prescrição, decadência, menoridade do agente; morte da vítima; e agente maior de setenta anos na data do crime.

46. Em tema de crime contra a honra, analise:

- I. A calúnia e a difamação distinguem-se da injúria porque, nas duas primeiras, há imputação de fato desonroso enquanto, na última, há mera atribuição de qualidade negativa ao ofendido.
- II. A difamação caracteriza-se pela imputação falsa de fato definido como crime.
- III. A calúnia e a difamação ofendem a honra objetiva da vítima, ao passo que a injúria atinge a honra subjetiva.
- IV. Na injúria há imputação de fato ofensivo à dignidade ou ao decoro da vítima.
- V. Para caracterizar a calúnia, o fato imputado não precisa ser criminoso, bastando que seja falso e ofensivo à reputação da vítima.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) III, IV e V.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, dentre outros, nas infrações penais comuns,

- (A) os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (B) o Governador do Distrito Federal.
- (C) os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (D) os membros dos Tribunais Regionais Federais.
- (E) os membros do Tribunal Superior Eleitoral.

48. Tício foi internado num hospital particular para submeter-se à intervenção cirúrgica. Tendo recebido alta hospitalar pelos médicos que o assistiram, o diretor do hospital ordenou a sua retenção no interior do nosocômio até que efetuasse o pagamento da conta. Nesse caso, Tício

- (A) não pode impetrar *habeas corpus* porque a retenção é legítima.
- (B) não pode impetrar *habeas corpus* porque o diretor não é autoridade.
- (C) pode impetrar *habeas corpus* contra o ato do diretor do hospital.
- (D) só poderia impetrar *habeas corpus* se se tratasse de hospital público.
- (E) não pode impetrar *habeas corpus* porque não ficou retido em cela ou quarto.

49. Tício está residindo na França, mas em endereço desconhecido. Nesse caso, a sua citação far-se-á por

- (A) edital.
- (B) carta rogatória.
- (C) carta precatória.
- (D) carta com aviso de recebimento.
- (E) hora certa no respectivo consulado.

50. Analise as assertivas:

- I. O inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.
- II. Em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.
- III. No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

51. Paulus e seu defensor foram pessoalmente intimados da sentença condenatória numa sexta-feira. A segunda-feira seguinte é feriado. Nesse caso, o prazo para apelação começa a correr

- (A) no domingo.
- (B) na segunda-feira.
- (C) na terça-feira seguinte.
- (D) na sexta-feira.
- (E) no sábado.

52. A falta de testemunhas da infração

- (A) impedirá o auto de prisão em flagrante, salvo se, além das declarações do condutor, existirem outras provas da materialidade e autoria do delito imputado à pessoa presa.
- (B) impedirá o auto de prisão em flagrante, que só pode ser lavrado se, além do condutor, duas testemunhas tiverem presenciado a prática do delito pela pessoa presa.
- (C) impedirá o auto de prisão em flagrante, que só pode ser lavrado se, além do condutor, pelo menos uma testemunha tiver presenciado a prática do delito pela pessoa presa.
- (D) impedirá o auto de prisão em flagrante, salvo se, além das declarações do condutor, a pessoa presa tiver confessado a materialidade e a autoria do delito que lhe é imputado.
- (E) não impedirá o auto de prisão em flagrante mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

53. Considere as seguintes hipóteses:

- I. A transmissão, a qualquer título, do domínio útil de bens imóveis por natureza, como definidos na lei civil.
- II. A transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os direitos reais de garantia.
- III. A cessão de direitos relativos à transmissão, a qualquer título, da propriedade de bens imóveis por natureza, como definidos na lei civil.
- IV. A transmissão, a qualquer título, do domínio útil de bens imóveis por acessão física, como definidos na lei civil.

De acordo com o Código Tributário Nacional, o imposto (de competência dos Estados) sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos tem como fato gerador o que se refere APENAS nas hipóteses

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III.

54. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando,

- (A) revestindo da condição de contribuinte, sua obrigação decorra da vontade das partes ou de disposições testamentárias.
- (B) revestindo ou não da condição de contribuinte, tenha relação pessoal e direta com a situação que constitui o respectivo fato gerador.
- (C) revestindo da condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- (D) sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- (E) sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra da vontade das partes ou de disposições testamentárias.

55. Dentre outras hipóteses, suspendem a exigibilidade do crédito tributário

- (A) o depósito do seu montante integral e a moratória.
- (B) o pagamento e a prescrição.
- (C) o depósito do seu montante integral e a remissão.
- (D) a remissão e a transação.
- (E) o parcelamento e a compensação.

56. A isenção exclui o crédito tributário, sendo certo que

- (A) não pode, em regra, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições.
- (B) é decorrente de lei que especifique os requisitos exigidos para a sua concessão, exceto quando prevista em contrato.
- (C) não é, em regra, extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão, bem como às taxas e às contribuições de melhoria.
- (D) abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, aplicando-se, também, às contravenções.
- (E) deverá ser sempre concedida em caráter geral, não podendo ser objeto de requerimento individual.

57. O imposto previsto sobre produtos industrializados

- (A) não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) será cumulativo, não havendo compensação nas operações efetuadas pelo contribuinte.
- (C) incidirá, dentre outras hipóteses, sobre os produtos industrializados que forem destinados ao exterior.
- (D) será seletivo, em função da essencialidade do produto, havendo dispositivo constitucional neste sentido.
- (E) não terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

58. Para um trabalhador que não possua dependentes, o benefício salário-família não será concedido; para o trabalhador que se encontre incapaz temporariamente para o trabalho, por motivo de doença, não será concedida a aposentadoria por invalidez, mas auxílio doença. Nesses casos, está sendo aplicado, especificamente, o princípio constitucional da

- (A) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (B) universalidade na cobertura e no atendimento.
- (C) eqüidade na forma de participação no custeio.
- (D) diversidade da base de financiamento.
- (E) democratização e descentralização da administração.

59. Considere as assertivas sobre o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS:

- I. Dentre os membros do CNPS encontram-se nove representantes da sociedade civil, sendo três deles representantes dos aposentados e pensionistas.
- II. Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República.
- III. Os membros do CNPS terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- IV. O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente.

De acordo com a Lei nº 8.213/91, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

60. O salário maternidade

- (A) será pago diretamente pela Previdência Social para a segurada empregada, que deverá requerer o benefício até 30 dias após o parto.
- (B) deverá ser requerido pela segurada especial e pela empregada doméstica até 60 dias após o parto.
- (C) é devido pelo período de 60 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança de até um ano de idade.
- (D) é devido pelo período de 45 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança entre 1 e 4 anos de idade.
- (E) da segurada trabalhadora avulsa, pago diretamente pela Previdência Social, consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral equivalente ao mês de trabalho.

